ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O BIODIESEL - PROJETO DE INCLUSÃO SOCIAL E PROTEÇÃO AMBIENTAL, REALIZADA NO DIA 23 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

ATA Nº 039

PRESIDENTE - DEPUTADO SEBASTIÃO REZENDE

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, declaro aberta esta Audiência Pública sobre questões inerentes ao Biodisel, Projeto de Inclusão Social e Proteção Ambiental.

Convido para compor a Mesa: Srª Flávia Nogueira, Secretária de Estado de Ciência e Tecnologia; Dr. Paulo Teixeira, Pró-Reitor de Pesquisa da UFMT; Dr. Evandro Luiz Dall'Oglio, Coordenador e Professor de Química da UFMT; Dr. Hélio César Montes, Superintendente Regional da ELETRONORTE; Dr. Gustavo Reis Lobo de Vasconcelos, Coordenador da ELETRONORTE; Dr. Luís Fernando Rogério, Superintendente de Saúde Coletiva, neste ato, representando o Secretário de Estado de Saúde, Dr. Marcos Machado; Srª Neli Machado, Fiscal de Tributos, representando o Secretário de Fazenda, Sr. Waldir Teis; Sr. Felipe Aguiar, Diretor Químico da PETROBIO; Sr. João Nicolau Petrônio, Presidente da ECOMAT - Ecológica Mato Grosso Indústria e Comércio Ltda.

Composta a Mesa, convido todos a porem-se de pé para a execução do Hino Nacional.

(NESTE MOMENTO, É EXECUTADO O HINO NACIONAL - PALMAS.)

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Registramos a presença das seguinte pessoas que compareceram gentilmente a esta Audiência Pública: Sr. Alexandre Golemo, Coordenador de Convênios da FAPEMAT - Fundação de Amparo à Pesquisa de Mato Grosso; Sr. Eulálio Faria de Carvalho, Secretário de Indústria, Comércio e Turismo de Barra do Bugres; Sr. Moacir Júlio Dias, Vereador de Barra do Bugres; Sr. Lino Jesus Padilha de Amorim, Coordenador da Agricultura Municipal de Barra do Bugres; Sr. Maurício Campos Menezes, Secretário de Relações Pública, representando a Prefeitura de Gaúcha do Norte; Sr. José Maria Pedroso da Silva, Secretário Municipal de Indústria, Comércio, Minas e Energia; Sr. Walter Luiz da Silva Lima, da PETROBIO Indústria, Comércio de Equipamentos e Processo para Biodiesel; Sr. André Luiz Pereira dos Santos, membro da PETROBIO; Sr. Davi Vieira, Presidente da Associação Guariba, Município de Colniza; Sr. Sílvio Rangel, da ECOMAT - Ecológica, Indústria e Comércio Ltda; Sr. José Paulo de Barros, membro da Igreja Evangélica Assembléia de Deus de Várzea Grande; Sr. Abel Bispo da Silva, Pastor da Igreja Evangélica Assembléia de Deus de Várzea Grande; Sr. Jaime Pereira da Silva, assessor da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo de Barra do Bugres; Sr. Vlamir Antônio Marques de Jesus, da ELETRONORTE; Sr. Abel Nascimento, Diretor de Meio Ambiente da Prefeitura de Cuiabá.

É com prazer que hoje a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso abre suas porta para aqui promover uma mesa redonda para discutirmos Biodiesel, Projeto de Inclusão Social e Proteção Ambiental.

O Estado de Mato Grosso encontra-se à frente de muitos Estados brasileiros no tocante ao desenvolvimento do setor de produção desse ecóleo, que é uma fonte limpa e renovável de energia, que vai contribuir para a geração de empregos no setor primário, que é de suma importância para o desenvolvimento social.

A pergunta é: por que usar óleo vegetal?

Cada vez mais o preço da gasolina, do diesel e derivados de petróleo tende a subir. Cada ano o consumo aumenta e as reservas diminuem. Além do problema físico, há o problema político. A cada ameaça de guerra ou crise industrial, o preço do barril de petróleo dispara. O efeito estufa deixa o nosso Planeta mais quente, devido ao aumento de dióxido de carbono na atmosfera. Para cada 3,8 litros de gasolina que um automóvel queima, são liberados 10 quilos de dióxido de carbono na atmosfera. A queima de derivado de petróleo contribui para o aquecimento do clima global, fato que não acontecerá com o uso do biocombustível.

No Brasil, esse tema já faz parte da agenda de inúmeras instituições públicas e privadas. Várias instituições de pesquisa apresentam importantes resultados para o setor e algumas empresas, a exemplo da PETROBIO, da ECOMAT, genuinamente mato-grossenses, no caso específico, a ECOMAT, que são capazes de produzir biodiesel em escala comercial.

Aqui temos boas condições para o cultivo de oleaginosas. Temos tecnologia e uma planta industrial pronta para produção em larga escala. Temos pesquisadores como os da nossa UFMT, da ELETRONORTE e laboratórios capazes de trabalhar no aprimoramento tecnológico. E temos centenas de assentamentos rurais que, potencialmente, poderão ser incorporados ao esforço produtivo, resultando em efetiva inclusão social.

Aqui presente, temos o professor do Departamento de Química da Universidade Federal de Mato Grosso e Coordenador do Projeto Biodiesel, Dr. Evandro Luiz Dall'Oglio, que vem se dedicando ao estudo de uma nova tecnologia em busca de obtenção do biodiesel a um custo menor.

A Lei Federal n° 11.097, de 13 de janeiro de 2005, autoriza a mistura de 2% de biodiesel ao diesel comum. Isso será obrigatório a partir de 2008. Para 2013, a obrigação será de uma adição de 5% de biodiesel ao diesel comum. A demanda nacional deverá ser de 800 milhões de litros por ano.

Está aí demonstrada a importância deste momento em que vivemos e Mato Grosso tendo a sua participação, inclusive na discussão desse projeto, que é realmente importante e oportuno. E é por isso que nós agradecemos a presença de vocês. Agradecemos, mais uma vez, a presença da nossa Secretária de Ciência e Tecnologia que, entendendo a importância desse momento em que a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso como várias instituições já estão discutindo esse programa, esse projeto, também faz a sua parte, participa dessa discussão. Tenho certeza de que nós haveremos de fazer do Estado de Mato Grosso um Estado altamente produtor do biodiesel e que haverá de propiciar a inclusão social, gerando emprego e renda para o nosso Estado.

Gostaria, inclusive, de solicitar da platéia que, havendo interesse em participar dessa discussão, poderá fazer uma prévia inscrição junto ao Cerimonial, sobre o assunto que estamos tratando, conforme preceitua o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso. E o interpelado terá três minutos para a resposta.

Comunicamos ao ilustre palestrante que nós, num acordo prévio, estabelecemos trinta minutos para a sua participação e já tivemos a informação, *a priori*, que a palestra toda será ministrada pelo Coordenador e Professor de Química da UFMT, que está trabalhando o Projeto Guariba no Município de Colniza, o Dr. Evandro Luiz. O Dr. Gustavo vai iniciar a sua fala e, em seguida, passando para os demais participantes até o Dr. Evandro. Depois nós teremos a fala da

nossa Secretária de Ciência e Tecnologia, representando o Governo do Estado, representando o Poder Executivo Estadual.

Com a palavra, o Sr. Gustavo Reis Lobo de Vasconcelos.

O SR. GUSTAVO REIS LOBO DE VASCONCELOS - Boa-tarde a todos.

Gostaria, inicialmente, de parabenizar a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, principalmente o Deputado Sebastião Rezende, pela viabilização desta Audiência Pública. Parabéns, Deputado!

Como o Deputado falou, o meu nome é Gustavo. Eu sou empregado da ELETRONORTE aqui no Estado de Mato Grosso. A nossa empresa tem sede em Brasília e a nossa área de atuação abrange nove estados, sendo os estados da região Norte, mais o Maranhão e mais o Estado de Mato Grosso.

A nossa missão é gerar, transmitir e distribuir energia elétrica com qualidade, sempre atendendo a todos os requisitos da parte ambiental. Logicamente, faz parte do negócio da empresa a pesquisa e tão logo se iniciou no Brasil o biodiesel, a ELETRONORTE se movimentou e, rapidamente, assinou um convênio no Estado do Acre de, mais ou menos, duzentos mil reais para pesquisa do biodiesel

Naquela mesma oportunidade, nós aqui em Mato Grosso, juntamente com a universidade, principalmente com os Professores Paulo e Evandro que estão aqui do nosso lado, iniciamos a formatação de um convênio que fosse um pouco mais abrangente. Diversas reuniões foram realizadas entre a ELETRONORTE, a universidade e a Fundação Universidade e o valor final, que achávamos que era o ideal, era em torno de três milhões, um valor bastante substancial para um convênio entre a ELTRONORTE e a Universidade Federal, visto que até então nenhum convênio desse porte tinha sido ainda assinado.

A Senadora Serys ficou sabendo desse evento, nos convocou, fizemos apresentação para ela, ela fez uma série de reuniões no Ministério de Minas e Energia e na ELETRONORTE e conseguiu viabilizar a assinatura desse convênio no valor de três milhões e duzentos mil reais. Sendo que a ELETRONORTE participa com pouco mais de dois milhões e oitocentos mil, a Universidade com um pouco mais de trezentos mil e a Fundação em torno de cinqüenta mil reais.

Dentro dessa formatação, nós tínhamos diversas possibilidades de locais a serem estudados. Por uma série de motivos, o local escolhido foi a Gleba Guariba que fica, mais ou menos, cento e cinqüenta quilômetros de Colniza, é mais ou menos mil e quatrocentos mil quilômetros de Cuiabá, sendo que 80% do trecho é de estrada de chão bastante danificado.

Esse convênio que nós assinamos com a universidade abrange aquisição da usina, a mão-de-obra necessária, as instalações elétricas, as obras civis, as obras de montagem, a equipe técnica da universidade e nos deparamos com o seguinte problema depois... Não, não era problema, nós já sabíamos que teríamos que ter uma nova fase, que seria aquisição dos grupos geradores e também a construção da rede que sairia da usina até às residências, até os domicílios.

Para os senhores terem uma idéia, Guariba tem mais ou menos, hoje, 30% das residências usam vela, mais de 50% de lampião a querosene. Então, devido a isso, por uma série de motivos nos levou a Guariba.

Tão logo então iniciou esse Programa Luz para Todos, nós priorizamos, dentro do Programa, a aquisição desses dois grupos geradores, aliás, foram os únicos grupos geradores que conseguimos adquirir através do Programa Luz para todos, porque ela é, não só, mas mais ligada à construção de rede. Mas nós conseguimos comprar dois grupos geradores, que vão ser instalados no

local e priorizamos, também, a construção do truques das redes de distribuição entre a geração e os domicílios.

Essa segunda etapa do programa está estimada em mais ou menos dois milhões de reais, que somados aos três milhões do convênio, totalizam em torno de cinco milhões de reais que estão sendo aplicados naquela região.

Eu estou colocando esses números financeiros mais para termos uma idéia do tamanho da coisa. Mas o que tem proporcionado alegria muito grande é ver a turma da universidade trabalhando, o Vlamir que é o nosso engenheiro, que é o responsável pela ELETRONORTE no Projeto Biodiesel, de vez em quando fala: vou dar uma chegadinha em Colniza. Até Colniza são mil e quatrocentos quilômetros, demora, às vezes, dois, três dias para chegar, às vezes fica atolado na estrada e o amor que esse pessoal está colocando nesse Projeto.

Nós acreditamos que a partir do momento, em torno de setembro, outubro, quando iniciar a geração da energia, tanto através de diesel como através do biodiesel, estaremos ajudando e muito para a inclusão social, para a inclusão tecnológica e para a inclusão elétrica de todo aquele povo, não vou falar esquecido, mas bastante distante da nossa Capital.

Então, mais uma vez eu gostaria de parabenizar o Deputado que tem acompanhado de perto esse Programa, tem ido lá no escritório da ELETRONORTE, tem levantado uma série de questionamentos, nos convidou novamente para ir a Rondonópolis, fazer essa mesma Audiência Pública, amanhã à noite, e, realmente, nós precisamos ter esses incentivos e a divulgação desses programas. Acreditamos que a partir do momento em que nós assinarmos esse convênio aqui, o Mato Grosso está ganhando em muito, porque o biodiesel não é só importante para aquelas regiões remotas como Guariba, onde não tem energia elétrica e a dificuldade é muito grande, o biodiesel também é muito importante para as regiões que já têm energia elétrica, com já está acontecendo em regiões aqui, em Lucas do Rio Verde, diversos locais onde o biodiesel também está entrando a todo vapor. Como a palestra hoje aqui é mais técnica, eu gostaria já de passar então a palavra para o colega Evandro da Universidade que fará a explanação. Muito obrigado.

O SR. EVANDRO LUIZ DALL'OGLIO - Boa-tarde a todos, como o tema é muito abrangente, eu vou pedir ao Paulo que faça uma colocação para nós da questão do biodiesel, depois eu volto a falar sobre a questão técnica biodiesel Guariba.

O SR. PAULO TEIXEIRA - Boa-tarde a todos e a todas, ao Sr. Deputado, em nome de quem eu cumprimento todos os presentes aqui na Mesa e todos os que estão na platéia. Gostaria de saudar, especialmente, aquelas pessoas que estão aqui vindas de locais tão distantes como, por exemplo, Guariba. Estão aqui para debater conosco este assunto de grande relevância que é a questão do biodiesel.

Sr. Deputado eu também não poderia deixar de parabenizar essa Casa na pessoa de Vossa Excelência por essa iniciativa de trazer a tona esse assunto que é de grande relevância.

A Universidade Federal de Mato Grosso, como não poderia deixar de ser, tem se empenhado com grande intensidade em colaborar aqui com a sociedade do nosso Estado no desenvolvimento de diversos programas relativos ao biodiesel.

E é com grande prazer que nós, hoje, trazemos esse debate. Eu vou falar um pouco, contextualizar um pouco o que é o biodiesel, porque, talvez, nem todos aqui estejam totalmente informados desse assunto. Para que, então, o Evandro passe há falar um pouco sobre esse projeto que nós temos em parceria com a ELETRONORTE que como o Gustavo acabou de colocar nós temos executado com uma paixão muito grande pelo potencial que esse projeto tem de melhoria da qualidade de vida de uma comunidade e de demonstração também de que se pode fazer com o

biodiesel. Que vai muito mais de um simples programa de geração de energia. Vai muito, além disso.

Essa questão do uso de óleos em motores em explosão isso remonta já o inicio do processo de uso do motor diesel. O inventor do motor diesel, que era o Rodolfe Diesel já na exposição de Paris, no final do século XIX, mil novecentos e noventa e alguma coisa, ele demonstrou o motor dele que funcionava com óleo de amendoim. Simplesmente óleo de amendoim. Note bem que não era o biodiesel ainda. Era um óleo vegetal puro. Por razões que não cabe aqui destacar e nem discutir, essa estratégia do uso do óleo vegetal para mover esses motores foi abandonada pelos países centrais Europa e Estados Unidos que passaram, então, a utilizar uma fração do petróleo, que na época não era usada para nada, que é o diesel. Então, esse motor que foi inventado inicialmente e funcionava com óleo de amendoim foi adaptado para ser utilizado com óleo diesel e essa utilização com diesel foi sendo aperfeiçoada durante todo século passado até os dias atuais.

O Brasil, por razões que também não nos cabe neste momento discutir, mas ao invés de insistirmos na tecnologia do óleo vegetal por causa das nossas condições de clima, das nossas condições de solo, da nossa extensão territorial, não tem nenhum país no mundo que tenha a extensão de solo agricultável que o Brasil tem, nem a quantidade de água, nem o clima que nós temos. Quer dizer, nós temos todas as condições de produzirmos uma quantidade quase que infinita de óleos vegetais. Mas, por razões que não entrarei em detalhe, o Brasil, ao invés de continuar aprimorando o motor a óleo vegetal, seguiu os passos da Europa, dos Estados Unidos e entrou no motor a diesel. E pagamos um preço, eu diria, bastante alto por isso, que culminou na década de 70 com a crise do petróleo, que contribuiu, foi um dos fatos que veio a contribuir para interromper em ciclo virtuoso de crescimento econômico que o Brasil vinha atravessando. Era o país do mundo que mais crescia. E, até aquela época, nós estávamos caminhando muito bem. E não só pela crise do petróleo, mas, também, por ela, foi interrompido esse ciclo de crescimento econômico e nós estamos até hoje pagando um preço muito alto por tudo isso.

Bom, nós tivemos na década de 70 a criação do PROÁLCOOL que foi o primeiro grande programa mundial e até hoje é o maior entre eles, não tem nenhum país no mundo que tem um programa como esse, que é o nosso programa de geração de energia a partir da biomassa, no caso o álcool, o etanol, produzido através da fermentação do caldo de cana-de-açúcar.

Nessa mesma época pensou-se em criar outro programa, que foi batizado na ocasião de PRODIESEL. Essa foi uma época em que o Professor Bautista Vidal era Secretário de Tecnologia Industrial do MDIC, na época do Governo Geisel. Esse PRODIESEL, no entanto, dependia do PROÁLCOOL. Porque para produzir o biodiesel...

E aí eu faço um parêntese para explicar brevemente o que é o biodiesel. O biodiesel é um combustível produzido através de um processo químico, que nós chamamos de transesterificação. A transesterificação é uma reação química. Produz-se o biodiesel colocando óleo vegetal ou gordura animal na presença de álcool com catalizador que promove uma reação química que, basicamente, retira a glicerina deste óleo ou gordura e substitui pelo álcool.

Então, para produzir o biodiesel, você precisa de álcool. E, na ocasião, na década de 70, nós não tínhamos ainda uma produção de álcool em grande escala.

Então, primeiro, tinha que se instalar esse programa do álcool que, inclusive, era bastante complexo, porque o carro a álcool requeria alteração nos motores, e o biodiesel não. Você pode utilizar o biodiesel no motor diesel sem fazer nenhuma alteração no motor. E o álcool, nós tínhamos que alterar o motor.

Então, era um programa que, na ocasião da sua implantação, requeria uma logística e uma complexidade bastante maior do que o caso do biodiesel hoje.

Então, implantou-se o PROÁLCOOL. No nosso país, na década de 80, nós chegamos a fabricar... 99% dos automóveis fabricados aqui eram movidos a álcool. Esse programa foi um grande sucesso. Mas ele estava calcado em uma lógica onde o petróleo não poderia custar mais que vinte dólares o barril, se não me engano, para que esse programa tivesse sustentabilidade econômica sem necessitar de subsídio.

Nós tivemos, então, um período aí da história, na década de 80, em que esse preço, essa barreira, se é vinte dólares ou não, não me recordo, mas essa barreira acabou sendo rompida e acabou, de certa forma, inviabilizando o nosso programa do álcool de tal maneira que, em determinada ocasião, nós tivemos falta de álcool aqui, porque o álcool foi convertido em açúcar para ser importado já que o mercado internacional era mais compensatório do que vender aqui.

Essa questão, então, do biodiesel ficou esquecida desde a década de 70.

Só fazendo um outro parêntese, o Centro Tecnológico de Aeronáutica já, em 1980, chegou a testar, inclusive, turbinas de avião movidas a biodiesel. Mas isso, então, com o término do Governo Militar e com a queda no preço do petróleo, ficou um pouco esquecida essa questão do biodiesel. Até que, agora no final da década de 80, se não me falha a memória, em função dos problemas ambientais que nós temos, que estamos vivendo, a questão dos gases de aquecimento do efeito estufa, como já o Deputado mencionou, e em função também do crescente aumento dos preços de petróleo, os países europeus começaram a se voltar para buscar soluções calcadas no biodiesel, que o Brasil já vinha trabalhando antes.

Então, com isso, nós tivemos diversos países do mundo, não só da Europa, mas tem outros países do mundo que já têm um programa do biodiesel implementado e que já estão usando o biodiesel, seja em mistura, seja puro.

Eu poderia destacar a Alemanha. Na Alemanha, hoje, você tem 1.700 postos abastecendo com biodiesel, você pode usar biodiesel, ou pode usar biodiesel em mistura no seu carro. É você que pára no posto e escolhe como você quer.

Essa movimentação em prol do biodiesel fez com que, em novembro de 2002, o então Ministro Maurício Sadem Berge, criasse um programa, no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia, chamado PROBIODIESEL, que era o programa brasileiro, então, do biodiesel.

Quando o Presidente Lula tomou posse, em janeiro de 2003, o Governo Federal atual percebeu a amplitude que esse programa poderia ter, percebeu a importância que esse programa poderia ter, percebeu a importância que esse programa poderia ter para o nosso país, seja do ponto de vista da inclusão social, seja do ponto de vista da proteção ambiental, seja do ponto de vista econômico e estratégico, por livrar o país da dependência do petróleo, resolveu, então, tirar esse programa que estava restrito ao âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia e transformá-lo em um programa interministerial, colocando-o, então, sob a tutela da Casa Civil.

Hoje, esse programa que se chama PROBIODIESEL envolve 12 ou 14 Ministérios. Praticamente o Governo inteiro está empenhado nesse programa.

A partir daí os Ministérios criaram vários grupos de trabalho para discutir como esse biodiesel poderia ser produzido, como seria a logística de produção disso, de tal maneira que nós tivemos - vou encurtar um pouco a conversa, senão não sobra tempo para os outros - uma série de leis que passaram a ser editadas. Eu gostaria de comentar a respeito dessas lei. Eu gostaria de destacar uma delas, já que estamos numa Casa de Leis, e levantar esse ponto para pedir o apoio dos Deputados nesse sentido.

O que ocorre? Das diversas leis que foram editadas, que foram promulgadas para implantar o biodiesel na matriz energética nacional, nós temos aqui a Lei nº 11.116, se não me falha a memória, de maio deste ano, que autoriza a redução de alíquota de COFINS e de PIS/PASEP para produtores de biodiesel, mas coloca que essa redução vai se dar, dependendo do tipo de biodiesel produzido, da matéria-prima usada para produzir o biodiesel, da região do país de onde vem isso e se é agricultor familiar, se não é, para dar um apoio à agricultura.

Essa Lei nº 11.116 foi regulamentada posteriormente por decreto, que eu não me recordo o número agora, e é sobre isso que eu queria chamar a atenção. O que saiu nesse decreto? Esse decreto privilegia quem produzir biodiesel a partir de mamona ou a partir de dendê e que esteja nas regiões Norte, Nordeste e semi-árida.

O que aconteceu com isso? Mato Grosso comeu bola. Se ao invés de Norte, falasse em Amazônia Legal, em Amazônia, nós estaríamos incluídos.

Quando você restringe ao dendê, você está excluindo o babaçu, que nós temos em grande quantidade. Então, isso mostra um pouco a fragilidade política que o nosso Estado tem na esfera federal.

Gostaria de concluir a minha fala, fazendo aqui um apelo aos nossos Parlamentares. Felizmente essa regulamentação é um simples decreto. Então, não se trata de mudar uma lei, trata-se apenas de alterar um decreto, e o Executivo pode fazer isso no momento em que bem entender.

Outra coisa que eu acho que ficou excluído do decreto e que é importante também é que quem produzir biodiesel a partir de resíduos, ou seja, óleo de fritura usado, gordura animal, não tem incentivo nenhum. Ora, você está prestando um serviço ambiental, quando você pega, por exemplo, uma lagoa de decantação de um frigorífico e limpa essa lagoa, produzindo um combustível com ela, isso é um serviço ambiental que você está prestando. E a lei não dá nenhum incentivo também para isso.

Então, eu concluo fazendo esse apelo: que nós busquemos atuar politicamente junto a Brasília para que modifique esse decreto, para que inclua a Amazônia, para que inclua outras oleaginosas e para que dê um incentivo para aquele produtor de biodiesel que presta serviço ambiental, produzindo a partir de resíduos. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Com a palavra, o Sr. Evandro Luiz Dall'Oglio.

O SR. EVANDRO LUIZ DALL'OGLIO - Boa-tarde a todos.

Antes de começar esta conversa que eu quero ter, hoje, com todos vocês a respeito do Projeto Biodiesel Guariba, eu queria fazer um agradecimento, em especial, ao Deputado Sebastião Rezende pela oportunidade de abrir na Assembléia Legislativa esta Audiência Pública para debater este tema.

Depois disso também, gostaria de agradecer - e eu sempre faço isso até por uma questão de mérito - o Hélio Montes, Superintendente atual da ELETRONORTE, e o Gustavo Vasconcelos, pelo enorme apoio que a ELETRONORTE tem fornecido não só para a universidade, mas para o desenvolvimento do biodiesel. E não vou colocar aqui restrito ao Mato Grosso, mas para o desenvolvimento do biodiesel como uma política nacional. Isso é importante ficar frisado e ficar colocado.

Feito este comentário, eu quero dizer que a UFMT trabalha dentro de uma logística de dois grandes projetos desenvolvidos no sentido do biodiesel.

Um é o convênio com o FINEP, FAPEMAT, UFMT, UNEMAT e ECOMAT, onde nós estamos tentando viabilizar o estudo do biodiesel em motores, na questão da corrosão, na

análise dos gases e os protocolos de caracterização e controle de qualidade desse biocombustível. Esse é um projeto importante que está em desenvolvimento.

O outro é intitulado Projeto Biodiesel Guariba. É um convênio que já foi conversado aqui bastante pelo Gustavo - e eu vou me ater a discutir a questão técnica dele - que envolve a participação de quatro grandes áreas temáticas da universidade, onde nós temos a Química, a Agronomia, a Economia e a Educação Ambiental, numa tentativa inédita no país de estabelecer a geração distribuída numa comunidade isolada utilizando o biodiesel como substituto ao diesel. O que significa isso? Escolheu-se Guariba não por acaso. Se olharmos atentamente o mapa de Mato Grosso, veremos claramente que a Gleba Guariba é a região, é a comunidade mais afastada no Estado de Mato Grosso e a que tem as características de comunidade isolada. Esse convênio está ancorado, dentro da ELETRONORTE, à Gerência de Comunidade Isolada, cujo gerente é o Aéssio Muniz, em Brasília, a quem também quero deixar o meu agradecimento pelo enorme empenho, na tentativa de viabilizar não só a execução desse projeto, mas de todas as ações que se desmembraram a partir dele.

O que foi elaborado na concepção filosófica desse projeto nas reuniões que o Sr. Gustavo mencionou no início da sua preleção? Nós queríamos estabelecer não apenas um projeto de cunho técnico, que seria a compra, a aquisição, a montagem de uma tecnologia e a locação disso numa comunidade. Isso seria muito comum. O que nós queremos fazer com o biodiesel é demonstrar claramente para a sociedade que ele é uma ferramenta de inclusão social, proteção ambiental e empoderamento de uma comunidade. A idéia é fazer com que essa comunidade absorva esse projeto, sinta-o como nós estamos sentindo hoje. É uma questão sentimental mesmo de tornar isso viável, não só no sentido econômico, mas que ele tenha sustentabilidade. Para um projeto dessa envergadura ter sustentabilidade, a comunidade tem que sentir isso como se fosse algo dela. Ela tem que ter o controle sobre isso. A gestão desse projeto, a gestão dessas unidades produtivas em todas as suas extensões, tem que ser controlada, decidida e comandada pela comunidade.

Então, o que nós estamos tentando implementar lá é isso. E isso chama-se empoderamento. É colocar essa quantidade de recursos na mão de uma instituição que está sendo discutida com a comunidade, que não sabemos se vai ser uma cooperativa ou qual outra forma de gestão que a comunidade vai decidir, mas ela que vão decidir. O nosso papel, do ponto de vista técnico, é montar as diferentes tecnologias que vão ser utilizadas, capacitar, treinar, fazer com que eles tenham a possibilidade de gerir o processo técnico e mantê-lo tecnicamente, não só do ponto de vista da produção do biodiesel, como o ciclo agrícola. Verificar na localidade, através da análise de solo de todas as propriedades existentes na Gleba Guariba, qual a melhor oleaginosa, que tipo de correção de solo tem que ser feito; todos os estudos agronômicos para ver a capacidade produtiva de cada família; o que cada um pode fazer e como tudo isso vai se concatenar na gestão produtiva desse piloto.

Então, foi montado esse piloto. Por quê? Por que piloto? Porque é um ensaio inédito, novamente eu falo, para uma comunidade isolada da Amazônia, de forma que se ele vier a funcionar e chegarmos a contento no final com um modelo de gestão apropriada e uma tecnologia apropriada, nós podemos replicá-lo em outras comunidades isoladas da Amazônia, que é o grande gargalo na questão elétrica no Brasil. A exclusão elétrica, basicamente, está associada a região Amazônica e não há possibilidade de você discutir o desmatamento para se estabelecer linhas de transmissão, primeiro, pela questão do custo dessas linhas; segundo, pela questão ambiental envolvida.

Então, a geração distribuída, localizada, é bastante discutida e a ELETRONORTE tem, além da questão da inovação tecnológica, um espírito social muito grande. Atento a isso, não tem medido esforços para que esse projeto tenha êxito.

Bom, o que aconteceu? Nós, então, do ponto de vista tecnológico, estamos trabalhando com a possibilidade de implementar duas unidades produtivas de biodiesel em Guariba. Uma, que é a transesterificação convencional que o Paulo falou, não vou entrar em detalhes, estabelecida pelo Professor Expedito Parente, na década de 80 e que hoje é comercializada pela Empresa TECBIO; e a outra, é uma tecnologia que nós estamos desenvolvendo na UFMT, que se baseia na utilização de microondas e catálise ácida, onde vamos poder, lá em Guariba, fazer um paralelo entre o convencional e a nova tecnologia na questão do custo final desse processo. Por quê? Porque nós acreditamos que há uma possibilidade de reduzir o custo de produção do biodiesel e para isso é necessário inovação tecnológica. Aí, novamente, eu agradeço a ELETRONORTE por ter comprado essa idéia e estar levando adiante essa possibilidade que se tornou realidade na minha vida e na vida de outras trinta pessoas que trabalham na execução desse projeto.

Além da questão tecnológica, você vê que Guariba ficou um negócio interessante, é inovação tecnológica, é modelo de gestão diferenciado para se gerir uma unidade produtiva, tem a questão ambiental fortemente colocada, porque lá existe uma reserva extrativista estadual, que é a RESEX Guariba-Roosevelt e quando nós chegamos lá, além dos problemas que o Gustavo levantou aqui, que já sabíamos de antemão, nos deparamos com outros problemas que tornaram o desafio ainda maior. Mas como não somos de fugir de briga, não é, Paulo, nós estamos tentando equacionar todos os problemas e tentar resolvê-los de forma a fazer com que esse Projeto não se torne um elefante branco e tenha sustentabilidade no fim do tempo de execução dele. Do que eu estou falando? De uma série de problemas que foram elencados de acordo com os estudos socioeconômicos que foram realizados pela equipe de agronomia, de economia e de educação ambiental nas diversas viagens que foram feitas lá, nós percebemos que a situação de Guariba é muito mais grave daquela que imaginávamos. O problema não é técnico, tecnológico de ir lá, reformar um galpão, construir um galpão, levar uma usina de produção de biodiesel, da TECBIO, levar um piloto que está sendo montado na UFMT, ir lá capacitar a comunidade para produzir isso. Não, são problemas mais graves do que isso, um problema seríssimo de malária, onde um percentual elevadíssimo da comunidade sofre constantemente, além da falta de energia, é dura a vida.

Aqui eu quero fazer um agradecimento ao Luiz Fernando, que está representando aqui a Secretaria de Saúde, pelo empenho já demonstrado claramente da Secretaria Estadual de Saúde no combate à malária, junto com o Professor Cor Jesus, de medicina da UFMT, com quem tivemos os primeiros contatos, em setembro do ano passado, relatando os problemas da malária na região e hoje vemos que já temos fruto desse trabalho, que é uma participação efetiva da Secretaria Estadual na tentativa, não sei se vai conseguir acabar com a malária, mas pelo menos diminuir bastante os índices de contaminação da população.

Além desse problema da saúde, nós encontramos os problemas gravíssimos com relação a uma série de dificuldades, de infra-estrutura em várias áreas que dificultam e tornam complicada a execução do projeto, se não até de um certo ponto inviável, inviabilizando o projeto, mas que, em hipótese nenhuma, viramos as costas para a comunidade e tratamos rapidamente de fazer uma articulação política forte, com os diferentes ministérios envolvidos em Brasília, que pudessem, de alguma forma, dentro de um programa governamental chamado ação transversal, de levar ações para Guariba que pudesse tornar o projeto biodiesel Guariba viável. Nesse sentido, foi envolvido, além da ELETRONORTE, o Ministério da Saúde, o Ministério do Meio Ambiente, o

Ministério de Minas Energia, Casa Civil, Transporte, Comunicações. Uma série de ações que podem ser desenvolvidas em Guariba.

Então, eu quero convidar agora o Engenheiro Vlamir Marques, da ELETRONORTE, que tem sido um parceiro excelente e de grande desempenho e trabalho na execução do projeto biodiesel Guariba. Não só na questão específica da tecnologia a ser implementada em Guariba, mas também como um grande aliado na luta política que está se travando na tentativa de trazer ações transversais para viabilizar a execução do projeto. Eu convido o Vlamir para nos dar uma palavrinha a respeito dessas ações transversais, que acho, não, tenho certeza, de suma importância.

O SR. VLAMIR ANTÔNIO MARQUES DE JESUS - Boa-tarde a todos.

O desafio das ações integradas em Guariba, a primeira coisa é como se vai interagir no projeto com a comunidade. Então, no primeiro aspecto, nós fizemos uma reunião na escola, informando o que era o projeto, para que fomos naquela comunidade, depois fizemos reuniões setoriais com cada classe.

Então, tem seringueiros, produtores rurais, nós tínhamos fazendeiros, madeiros, sem terra. Então, tem todo tipo de problema. Nós estávamos com maior dificuldade do projeto, primeira parte é regularização fundiária. Então, como você vai fazer um projeto se tem problema que o pessoal não está em cima da terra que é dele. Como que você quer que ele produza se tem quatrocentas e cinqüenta famílias sem terra.

Então, primeiro problema grave hoje dentro do projeto é a regularização fundiária. Como vamos solucionar esse problema na comunidade. Então, hoje Guariba não está legalizado. Então, tem grandes proprietários com área de terra de oitenta e nove mil hectares, terras da União, terra do Estado. E como que a comunidade vai conseguir produzir isso. Então, já tem processo na justiça em cima disso, é a primeira dificuldade que nós temos.

Segunda dificuldade é esse problema de saúde. Tinha muita gente morrendo de malária lá na comunidade. Faltando medicamento no posto de saúde. Não tinha médico no posto de saúde. Agora, com nova gestão desse Prefeito já se colocou um médico no posto de saúde. Mas havia uma situação de não ter médico e se ter que, pela ELETRONORTE, fazer esse trabalho social de ter que levar doentes toda hora com carro da empresa para o hospital em Colniza para ser atendido. Então, essa é uma situação de gente morrendo dentro do ônibus. Não pode acontecer isso no papel do Estado.

Terceiro ponto, um assentamento, onde não foi feita nenhuma estrutura. Não tem água. O pessoal toma água do rio. Então, tem que ter uma estação de tratamento de água nas cidades. Você vai a casas de famílias na área rural e não tem uma gota d'água para se tomar. Tem-se que fazer poço artesiano na área rural. E quando o pessoal tem água, que toma essa água, o poço não é tratado. Há inúmeras doenças graves na comunidade que nós levantamos.

Há um problema de analfabetismo, que é muito grande. Muitas pessoas são analfabetas. Problemas em nível de crianças dos beiradeiros, seringueiros, que não são pessoas porque não têm documento. Não existem. Esse é um problema sério. É preciso fazer uma ação global urgentemente dento da comunidade.

Outro assunto grave é sobre o que eles produzem. Todos produzem. Então, falam assim: "O cara está assentado lá. É invasor". Não. Se você chega lá em uma propriedade, seja no seringueiro, seja no beiradeiro, seja no produtor rural, todos têm... O seringueiro, quando você chega na casa dele está cheio de borracha, mas não tem para quem comercializar. Tem óleo de copaíba. Então, ele acaba trocando por comida, por açúcar, pelo rio, porque o rio Guariba é um braço do rio Aripuanã. Ele deságua no Madeira e vai para o Amazonas. Então, o pessoal vem do Amazonas com

barco para trocar por R$5,00. Eles colheram no ano passado vinte e cinco mil latas de vinte litros de castanha, mas para quem eles vão comercializar? Então, acaba trocando por um preço bem barato e acaba ficando com uma condição de vida muito ruim.

A questão dentro da comunidade: a água é um problema; a luz é um problema. O transporte. Em todo assentamento quanto à dificuldade de acesso nós levamos cinco dias no período de chuva para chegarmos. Nós estávamos com um ônibus da faculdade, duas caminhonetes da ELETRONORTE e todo tempo tínhamos que ficar rebocando e chamar maquinário para conseguir tirar o ônibus da universidade. E nesse caso tinha que pagar R$400,00 para desatolar ônibus. Então, fica uma situação difícil para conseguir chegar.

Mas a dificuldade é essa. A Universidade esteve presente no período de chuva. Participamos de todo levantamento da comunidade. As pessoas estão nas linhas que foram feitas nos carreadores pelos madeireiros, que virou uma estrada e tem 50km. E mora muito aluno ali. O índice de evasão escolar é de 65%. Então, nós temos um problema muito sério. O pessoal não está indo para a escola. Tem muito menor trabalhando, e os professores estão totalmente desmotivados porque ganham menos do que uma pessoa que limpa a madeireira, o piso da madeireira. Agora, o papel da madeireira, hoje, dentro da comunidade é muito importante, porque faz o papel do Estado... O que o Estado não faz lá. Então, ele resolve o problema da comunidade, a questão de saúde, a questão de melhoria das estradas, alguma coisa, por exemplo, ponte caindo. Você tem que passar por cima de pinguela. Então, é muito difícil você chegar numa região daquelas.

O que eu peço para o Sr. Deputado é a colaboração para resolver esse problema da comunidade, que é um problema muito grave.

Para nós, o projeto é um desafio. Nós precisamos arrumar alguma coisa, também, para escoar aquele produto que eles têm. Eles têm açúcar, muito café, arroz, milho, então, quer dizer, não tem, naquela região de Colniza, nenhum posto, um galpão da CONAB que poderia fazer com que você escoasse esses outros produtos, além do biodiesel, para a comunidade. Nós vemos um potencial de produção muito grande.

Agora, o que fazer com isso? Se às vezes você chega aqui em Diamantino, que está aqui pertinho, tem três galpões da CONAB abandonados. Teve um galpão desse para lá que faz um processo pelo Fome Zero para poder fazer com que esse produto, que eles produzam, e não possa atender a região. Obrigado. Boa-tarde!

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Gostaria de registrar a presença do Dr. Luiz Carlos Máster.

Gostaria, também, de dizer a todos que esta Audiência Pública está sendo taquigrafada e tudo aquilo que nós estivermos discutindo ou que for discutido aqui, nós estaremos, inclusive, remetendo para os nosso Parlamentares da nossa bancada federal, até para que eles tomem conhecimento das dificuldades que nós temos vivido, que os nossos pesquisadores têm vivido e possam, inclusive, se mobilizar nesse sentido com relação ao decreto estabelecido que exclui a região amazônica, especificamente, a nossa região. Que possa ser revisto e que nós possamos ser contemplados, também, com uma redução desses impostos.

Gostaria de passar a palavra, agora, a Drª Flávia Nogueira, que é a nossa Secretária de Estado de Ciência e Tecnologia, que também tem trabalhado muito fortemente nesse programa, nesse projeto. Ela me disse do carinho, da disposição que hoje tem tido com relação ao biodiesel.

A SRª FLÁVIA NOGUEIRA - Meu boa-tarde especial a todos os presentes, a todas as autoridades desta Mesa e, de forma muito carinhosa, em especial também ao Deputado Sebastião Rezende que tem a sensibilidade de nos juntar nesse momento, nos estimular a estar aqui discutindo um assunto que para nós é extremamente importante por ser um assunto que fala

diretamente das questões relativas à inclusão social e é uma nova alternativa de desenvolvimento para o nosso Estado, concreto e possível de acontecer.

Então, Deputado, eu acredito que Vossa Excelência teve a sensibilidade num momento muito oportuno, porque nós estamos em crise total. Crise na agricultura, crise na política, crise institucional, crise de toda forma. E há uma vontade muito grande da população - e aí eu digo população - e de Vossa Excelência me representando neste Parlamento de buscar saídas alternativas, uma agenda positiva, uma agenda que nos tire dessas situações que são bastante difíceis para a população neste momento. Então, parabéns!

E registro a minha satisfação por estar aqui discutindo mais uma vez este tema, que é o tema biodiesel.

Mas antes de entrar no tema biodiesel, que eu quero falar muito rapidamente, eu quero registrar com muita satisfação a fala do Gustavo, porque o Gustavo disse da paixão do trabalho do pesquisador.

Eu sou pesquisadora, e tenho colegas pesquisadores sentados aqui comigo. Sabemos da importância do reconhecimento do nosso trabalho. E o pesquisador trabalha com paixão. É essa paixão que não nos deixa realmente fazer com que a pesquisa pare no Estado de Mato Grosso.

Nós tivemos no Estado de Mato Grosso, até muito pouco tempo atrás, um total descaso com o investimento em pesquisa. Peço até licença para fazer este registro, porque o Gustavo mexeu aqui com a minha vontade de falar sobre isso, no sentido de que se nós não investirmos em pesquisa, nós não temos como ter a universidade pronta para fazer esse tipo de trabalho. Nós só conseguimos ter o apoio da universidade e essa paixão do pesquisador trabalhando num projeto fantástico como esse que estamos conhecendo aqui, se tiver acontecido e se tiver acontecendo investimento em pesquisa lá dentro da universidade. Então, é importante que registremos isso, porque muitas vezes as pessoas de fora da universidade acham que a universidade está pronta, que a universidade é uma maravilha, que lá tem tudo, que os laboratórios são maravilhosos, que lá está cheio de doutores, não é assim. Pode ser assim lá em São Paulo, pode ser assim lá no Rio de Janeiro. Em Mato Grosso não é.

Em Mato Grosso nossas universidades têm problemas. Problemas de infra-estrutura, problemas de pessoal, problemas de todas as ordens. E mesmo com todos esses problemas, os pesquisadores dão uma resposta e nós estamos vendo um exemplo desse aqui. Então, aproveito para parabenizar os colegas que estão nesta Mesa. E parabenizar a nossa Universidade Federal, a nossa Universidade do Estado, que também tem se envolvido bastante com esse e outros temas. E, quero dizer que são, realmente, guerreiros.

O Governo do Estado reverteu ou começou a reverter esse quadro a partir do ano passado, fortalecendo a nossa Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso. Fomento público para pesquisa como não existia antes no Estado, com recursos estaduais, recursos constitucionais que, graças aos Deputados desta Casa, se tornaram viáveis e hoje estão acessíveis às universidades. Da mesma forma como fazemos editais e vários tipos de financiamentos, também fazemos apoio institucional direcionado.

No ano de 2004, transferimos à UFMT três milhões de reais para infra-estrutura de pesquisa. Certamente o Laboratório de Química e outros laboratórios fizeram uso desse investimento, e se qualificaram, e melhoraram suas condições para o atendimento dessas demandas, demandas como essa, por exemplo, que se apresenta aqui.

Então, tudo isso é resultado de trabalho, é resultado de seriedade e eu fico muito satisfeita como pesquisadora que ocupa temporariamente o cargo no Governo do Estado, que é o cargo na Secretaria de Ciência e Tecnologia, que tem a missão de fortalecer a pesquisa no Estado.

Feitas essas considerações, quero rapidamente falar sobre a questão do biodiesel e só para complementar, não é bem complementar, porque acho que o Professor Paulo Teixeira fez uma fala muito abrangente e nos elucidou várias questões relativas ao biodiesel.

Nós que viajamos pelo interior, conversamos com muitas pessoas, há realmente um desconhecimento do que é biodiesel. O Professor Paulo Teixeira falou e eu quero reforçar. O biodiesel não é o óleo vegetal. Para falarmos em biodiesel, nós falamos de um processo industrial. Então, uma coisa é plantar a oleaginosa, colher a oleaginosa, fabricar o óleo e depois transformar esse óleo em biodiesel. Então, há um processo industrial que não pode ser desconsiderado. E esse processo industrial pode ser feito numa indústria de larga escala - como na ECOMAT, que está aqui representada pelo Dr. João Petrônio, que nos dá a honra também mais uma vez da companhia nessa discussão - e pode ser também feito dentro das comunidades, como é o caso desse projeto piloto que está sendo implantado em Guariba. Mas há necessidade de um processo industrial, um processo industrial de tecnologia, que sempre tem que estar sendo melhorado. A tecnologia sempre muda. Então, é preciso ter sempre investimento em tecnologia. É por isso que nós, da Secretaria e da Fundação de Amparo à Pesquisa, temos apoiado o desenvolvimento tecnológico, projeto de pesquisa tecnológico da contínua melhoria do processo de produção do biodiesel, isso feito em conjunto, a universidade e o setor empresarial, no caso, representado pela ECOMAT, nos nossos projetos. Então, isso é fundamental que se diga.

Também há aquela idéia de que a universidade não trabalha com a empresa. Pelo contrário, a universidade trabalha com a empresa e mais uma vez o biodiesel dá uma lição nesse sentido. Nós temos projetos da UFMT, UNEMAT, ECOMAT, funcionando de forma muito satisfatória.

Esses projetos, tanto esse apoiado pela Secretaria de Ciência e Tecnologia, via FINEP, quanto esse do Projeto Guariba, com a ELETRONORTE, são projetos importantes, mas eles são diferenciados. No caso do projeto apoiado pela Secretaria e pela FINEP, nós estamos trabalhando, principalmente, no uso do biodiesel em motores veiculares, é diferente do uso que está sendo proposto no Projeto Guariba. Ambos são extremamente importantes e ambos são complementares, porque representam a diversidade possível do uso do biodiesel, mas são trabalhos diferentes.

Eu acho que é preciso deixar isso claro porque quando nós somos, eu, pessoalmente, sou questionada e aqui aconteceu a mesma coisa, pela imprensa, por exemplo, a TV Assembléia: “Secretária, o que a senhora acha do programa?” Eu acho o programa fantástico, Programa Nacional de Biodiesel. A concepção é muito interessante, é fantástica! Aqui em Mato Grosso nós estamos dando um exemplo de colocá-lo em prática, em função da difusão política da ELETRONORTE canalizar uma quantidade razoavelmente grande, eu acho que grande, não é nem razoavelmente grande, grande, cinco milhões de reais para um projeto desse tipo.

O desafio é como extrapolar isso para outras regiões do Estado, como extrapolar isso para outras regiões do Brasil. É claro que possa supor que um investimento grande desse tipo, talvez, realmente seja necessário, por se tratar de um projeto piloto. Na medida em que essas coisas vão se tornando mais conhecidas, nós vamos ter a necessidade do investimento ser menor em outras regiões. Mas ainda há uma necessidade muito grande de investimentos e a questão que se coloca é como fazer desse tipo de trabalho, esse exemplo que nós estamos vendo em Guariba, como fazer disso um programa de Estado, um programa estadual.

Então, essa é uma pergunta que ainda nós, como Governo de Estado, ainda não conseguimos responder. Nós temos uma preocupação com relação a isso. Temos procurado saídas, mas elas não são simples, porque o investimento é muito grande, porque falta infra-estrutura, porque falta uma série de coisas que o nosso palestrante que fez a fala agora a pouco deixou bastante claro o tamanho do problema que isso representa. Por outro lado, existem também alguns gargalos que são importantes e que têm que ser encarados, com relação ao uso nos motores veiculares, que são principalmente dois, do meu ponto de vista. Gostaria de ser corrigida se eu estiver enganada. Primeiro, para podermos, como consumidor, estacionar o carro no posto de gasolina e encher o tanque com biodiesel, seja com 5%, 10%, 20%, 2% ou 100%, nós precisamos que as distribuidoras se preparem para isso. Então, a PETROBRÁS Distribuidora, por exemplo, é a que tem mais mostrado sensibilidade nesse sentido, mas ela tem que ter uma ação firme no Estado. Quer dizer, ela tem que se posicionar dizendo: "Eu vou me preparar para fazer essa mistura".

Nós estamos, junto com a ECOMAT, a ECOMAT liderando esse trabalho, o Governo do Estado junto, trabalhando com a PETROBRÁS, no sentido de conseguir essa garantia, porque que se a PETROBRÁS não fizer isso, não há como fazer a mistura, não há como pôr na bomba. Esse é o primeiro gargalo.

O segundo é qual o preço da produção desse biodiesel e qual o preço que ele vai custar na bomba. Quem é que vai dar o subsídio ou, se for considerado necessário, quem é que vai dar, na verdade, o benefício ou o subsídio, ou ambos? Nós temos já benefícios concedidos pelo Governo Federal, que são benefícios com impostos federais para a compra do óleo, com todas essas restrições que o Professor Paulo Teixeira acabou de relatar, para o qual nós precisamos realmente de apoio político para haver alguma reversão. Mas e depois, como é que nós vamos fazer para garantir a compra do álcool num preço que seja atrativo para a produção? Como é que nós vamos garantir a produção desse óleo que ainda é cara, de forma atrativa para o produtor em grande escala? Então, todas essas questões têm que ser enfrentadas. Mato Grosso tem muito potencial, porque além de ter a possibilidade de incluir todas essas populações na produção das oleaginosas para os motores estacionários e até para sustentar a produção em larga escala, por motores veiculares, nós temos hoje, por exemplo, o óleo em preço baixo já produzido no Estado, como o óleo de soja, por exemplo.

Então, todas essas situações nos levam a uma situação positiva com relação ao biodiesel, mas esses gargalos têm que ser enfrentados. Mas esses gargalos, para serem enfrentados, eles não são enfrentados, as soluções não aparecem repentinamente, e é por essa razão que mais uma vez eu digo: ocasiões como esta, Deputado, que Vossa Excelência promove aqui, são fundamentais para nós darmos passos no sentido da solução. E acho que nós precisamos, como Governo, como Poder público, estar atentos a essas sugestões, a esses encaminhamentos para que nós possamos chegar realmente ao posto de produtor de biodiesel ou um dos maiores produtores de biodiesel do país, sendo o Estado de Mato Grosso destacado nesse aspecto, com sucesso.

Então, eu agradeço mais uma vez a participação neste debate e digo que a Secretaria de Ciência e Tecnologia, o Governo do Estado está aberto para continuar nessa caminhada. Obrigada. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Com a palavra, o Dr. Luiz Fernando Rogério, Superintende de Saúde Coletiva do Estado de Mato Grosso.

O SR. LUIZ FERNANDO ROGÉRIO - Boa-tarde a todos.

Gostaria de cumprimentar a Mesa na figura do Deputado. Agradecer o convite, em nome do Secretário de Saúde Marcos Machado, que determinou que eu acompanhasse essa audiência pública tanto aqui em Cuiabá como a que vai acontecer em Rondonópolis, amanhã.

Nós, lá na nossa Superintendência, temos acompanhado a questão do biodiesel um pouco por alto. Os nossos técnicos comentaram sobre o Projeto Guariba, da usina de biodiesel, mas, essencialmente, afunilei a atenção numa viagem que fizemos com os pesquisadores, Dr. Paulo e Evandro, da UFMT, na semana passada, onde eles colocaram a preocupação sobre a questão da malária na gleba Guariba como sendo preponderante e fundamental na implantação do projeto. E daí eu conversei com eles, de que, se depender da Secretaria Estadual de Saúde - malária de Guariba está numa situação difícil - nós vamos combatê-la, e vamos vencer essa guerra.

Daí, fizemos um projeto chamado força-tarefa. Eu vou fazer uma explanação rápida sobre ele, que se dá na região de fronteira do Estado da Amazônia e de Rondônia, onde as atividades laborais são o desmatamento, o garimpo, área de difícil acesso, condições climáticas hostis, principalmente no período da chuva onde as regiões ficam intransitáveis.

A justificativa dele se dá... Foram registradas em Mato Grosso seis mil - prestem bastante atenção nesses números - seis mil quatrocentos sessenta casos de malária no ano de 2004. Desses seis mil e poucos casos, três mil setecentos e quatorze são pertencentes aos Municípios de Aripuanã, Colniza, Juína e Juruena. Cerca de cinqüenta sete por cento do total de casos de Mato Grosso são desses municípios. O Município de Colniza apresenta dois mil cento e três casos, contribuíram com trinta e três por cento dos casos de malária em Mato Grosso. E, essencialmente, na Gleba Guariba. Fundamentalmente na Gleba Guariba.

A implementação de ações emergenciais de controle da malária, através desse Projeto Força-tarefa nesses municípios da região, em especial em Colniza, visa capacitar e estruturar os serviços locais de saúde; determinar as áreas de assentamentos, garimpos, madeireiras, mineradoras dos municípios trabalhados; ampliar a atual estrutura dos municípios para diagnóstico, tratamento de malária e controle do vetor; capacitar os profissionais de saúde para diagnóstico e tratamento da malária; instalar serviços de diagnóstico e tratamento mais próximos dos locais de infecção, dentro da gleba; implementar equipes itinerantes para as regiões de maior risco de transmissão; realizar busca ativa de casos, estabelecendo parcerias com o Programa de Saúde da Família e com o Programa de Agentes Comunitários de Saúde.

É uma estratégia muito forte e tem que se atuar na zona rural. Tem que identificar isso, que motivar os profissionais a permanecerem na região. E a motivação para isso é financeira, porque não tem as motivações que um ser humano precisa, não tem uma pizzaria, não tem um teatro, não tem cinema, não tem nada.

Instalar serviços de diagnóstico mais próximos dos locais; realizar a busca ativa dos casos. É motoqueiro andando nas glebas, fazendo tipagem do pessoal, estabelecendo essas parcerias; viabilizar estudos entomológicos, observando a densidade, sazonalidade, identificação de vetores, com visitas de orientação.

O Projeto Força-tarefa de controle da malária na região Noroeste do Estado conta com uma equipe central, que é composta por técnicos da Secretaria Estadual de Saúde, Dr. Gerson, da Universidade Federal de Mato Grosso, também representando o Ministério da Saúde, e com os próprios técnicos do Ministério da Saúde. É prioridade, hoje, no Ministério, o combate à malária nessa região do Estado.

O Ministério da Saúde, dentro das pactuações que são estabelecidas no SUS, entra com um reforço financeiro no teto de vigilância em saúde dos municípios dessa região, especialmente em Colniza.

Aquisição de equipamentos necessários à ampliação laboratorial, equipamentos de controle de vetor, viaturas e medicamentos.

Nós estamos entregando, há dois meses estão no pátio da concessionária para serem entregues aos municípios, as caminhonetes de combate à malária. Dependia de uma autorização do Ministério, foi dada; dependia do DETRAN para emplacar, foi emplacado. Agora precisa de uma autorização da FUNASA, mas a FUNASA está em greve e eu não consigo tirar as caminhonetes do pátio. Dá vontade de pegar, ir logo lá e depois resolver.

Para a Secretaria Estadual de Saúde:

- custeio das diárias, das passagens, dos insumos, priorizando a questão dos medicamentos na região, a distribuição.

- os municípios e escritórios regionais, o apoio técnico à educação e à saúde.

A questão da educação ambiental em saúde é fundamental. Daí, a futura Secretaria Estadual de Meio Ambiente tem um papel fundamental nessa articulação. A Secretaria Estadual de Saúde tem que colocar isso como uma vigilância ambiental, que está na nossa Superintendência, ela é responsável por isso. Nós estamos investindo com bastante veemência.

Vale lembrar que é importante entrar com a vigilância em saúde do trabalhador, entrando na cadeia produtiva daquelas comunidades locais, identificando os principais agravos que acometem aquelas comunidades.

- combustível, deslocamento, equipe, supervisão e a garantia da continuidade. A manutenção da estrutura, a manutenção das viaturas, a manutenção dos postos de diagnósticos também são desafios.

Então, nós notamos que os desafios coletivos são de todos. São de quem está implantando o serviço, seja da área de saúde, da área de educação, da área de meio ambiente, e da viabilidade do projeto.

Essas são as considerações que trazemos, colocando que somos parceiros e estamos aí para trabalhar juntos. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Vamos ouvir o Sr. João Petrônio, da ECOMAT - Ecológica Mato Grosso.

O SR. JOÃO PETRÔNIO - Boa-tarde a todos!

Sr. Deputado Sebastião Rezende, em nome do qual cumprimento toda Mesa; senhores ouvintes da platéia.

É um prazer muito grande estar aqui, neste momento, falando sobre o biodiesel. Nós acreditamos no biodiesel há quatro anos passados e fizemos investimento em uma planta industrial. Essa planta industrial está no Distrito Industrial de Cuiabá e estamos lutando com dificuldade para implantar o biodiesel em Mato Grosso.

Neste momento, eu quero agradecer a Universidade, a todo Secretariado, a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e a todos que nos tem ajudado bastante.

Eu tenho certeza que muito em breve o biodiesel será um combustível da hora como foi o PROÁLCOOL, como foi o álcool na época do PROÁLCOOL.

O PROÁLCOOL também começou com dificuldade. Hoje, o mundo inteiro inveja o nosso PROÁLCOOL.

Então, eu acredito que muito em breve o biodiesel estará em todas as bombas, estará funcionando em todos os motores.

Sr. Deputado, Vossa Excelência, na minha opinião, foi um homem de muita visão de iniciar isto que está fazendo neste momento e que vai continuar no sábado que vem. Nós precisamos, justamente, da força política para que nós consigamos fazer o biodiesel o combustível do momento.

Eu vejo no biodiesel várias vantagens: uma vantagem é que os assentamentos, se nós não dermos para os assentamentos alguma coisa para que eles possam produzir e vender, ou produzir e usar, fica muito difícil nos assentamentos. Eu acho que essa é uma das coisas em que nós temos que batalhar em cima.

O maior meio que eu acho que a humanidade tem é o meio ambiente. Não adianta cuidarmos de tudo que temos aqui na terra, se não cuidarmos do meio ambiente, da camada de ozônio, que são as intempéries que estamos vendo que estão acontecendo no mundo inteiro. Eu acho que o ganho não tem condições de se somar a esse ganho para mim. Isso é um ganho de inclusão social, é um ganho da saúde e tudo que mais possa ter.

Nós acreditamos nisso e continuamos acreditando. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Gostaríamos de passar a palavra, também, para o Sr. Felipe Aguiar, Diretor Químico da PETROBIO.

O SR. FELIPE AGUIAR - Boa-tarde a todos.

Eu quero agradecer ao Deputado pela oportunidade.

Primeiramente parabenizo o professor Evandro, o professor Paulo, o Sr. Vlamir, a ELETRONORTE em geral pelo Projeto Guaíba Biodiesel, um projeto muito bom que vai trazer muitos benefícios, mas esse também não é o único jeito de você trazer benefício para a inclusão social para o Estado. Temos, por exemplo, em Ipiranga do Norte, o exemplo de uma cooperativa de assentados rurais que, como todo produtor aqui de Mato Grosso, tomou um susto com a soja recentemente e viu no biodiesel uma grande oportunidade de agregar valor ao produto deles e agregar valor na terra que eles têm para produzir o biodiesel e dar mais dignidade para a cooperativa, para os cooperados em geral. Porém, a dificuldade maior na qual eles esbarram é a legislação, porque o Governo do Estado, principalmente, não definiu ainda muito bem como é essa legislação. Então, que segurança que o cooperado vai ter para investir numa unidade de biodiesel, se ele não sabe nem qual a tributação vai ser dada para esse biodiesel. Então, ele fica com medo de investir e acaba não gerando essa renda a mais que ele vai ter e acaba criando mais dificuldade para esses assentados.

Não falo nem da isenção de imposto. O Governo já falou que não vai dar isenção para o biodiesel. Não precisa. Dá isenção para o álcool, que vai ser usado como matéria-prima, porque esse álcool hoje, sem uma legislação específica, teria que ser comprado como álcool para outros fins. Tem, se não me engano, 18% de ICMS. É muito caro. Aí, sim, vai inviabilizar. Aí, sim, o custo de produção vai ficar muito alto. Como nós vamos poder exigir das distribuidoras que façam alguma coisa pelo biodiesel, se nem o Governo se mostra muito disposto a fazer alguma coisa?

Então, eu acho que o primeiro passo para o biodiesel não só para o pequeno produtor, mas para o grande produtor, é o de que se definam as condições políticas. Depois, sim, poderemos ter uma importação de biodiesel aqui no Estado, principalmente, no Estado de Mato Grosso, porque hoje o diesel é produzido fora e vem para cá, então, pagamos preços altos aqui.

Com o biodiesel pode acontecer o inverso, a produção vai ser aqui e daqui vai para os outros Estados. E aí vai ocorrer aqui uma espécie de revolução industrial e aí, sim, vai agregar valor aqui no Estado e gerar muito mais renda para a população daqui.

O biodiesel, com certeza, pode trazer muitos benefícios, não só para o Estado, mas para o Brasil e para o mundo.

Era o que eu tinha a falar. Obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Eu gostaria de passar a palavra a Neli Machado, que representa aqui a Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso.

A SRª NELI MACHADO - Boa-tarde a todos.

Eu também quero parabenizar o Deputado Sebastião Rezende pela iniciativa.

Eu já estava há tempos esperando esta oportunidade, de todos nós que temos a ânsia do biodiesel de ter um projeto não só no papel.

Na Secretaria de Fazenda está em estudo a seguinte questão. O Governo Federal isentou parcialmente PIS e COFINS.

Eu, se for falar de biodiesel em termos sociais, vou defender o tempo inteiro, mas eu sou representante do Fisco, então, tenho que falar de impostos, que é uma parte que nem todos gostam.

Como já foi falado aqui, Mato Grosso, que pertence à Região Centro-Oeste, ficou fora do benefício fiscal do Governo federal, sendo que o projeto teria que ser de âmbito nacional, já que o Lula, nosso Presidente, está beneficiando só certas regiões.

Quanto aos assentamentos, o que seria o projeto social? Até mesmo na área do Governo federal é beneficiado só quem tem o certificado de selo social, que tenha um benefício fiscal.

A Secretaria da Fazenda também, nesse sentido está fazendo um estudo para que seja beneficiado nesse... Já existe um convênio, o 105/03, que dá isenção aos produtos vegetais destinados à produção do biodiesel. Esse já foi concedido.

Agora a cadeia depois do óleo vegetal até a transformação do biodiesel e ele ir para a bomba não tem tributação ainda, não tem nada definido em relação a tributação.

Quando a Secretária da PRETROBRÁS comentou, em assumir o compromisso da mistura e fazer a transformação para que se vá o produto biodiesel com o diesel para a bomba. Esse compromisso lá em Brasília, junto a nós, o grupo de trabalho do combustível, já assumiram esse compromisso lá, até porque eles falaram: “Compulsoriamente, nós somos obrigados, porque somos uma empresa do Governo e temos que assumir o projeto do Governo”.

O que eu tinha para falar aqui é muito pouco.

Em relação ao projeto, é lindo, é bonito, é viável e eu acredito nele. Eu penso que um dia nós poderemos ser até exportadores de biodiesel, porque o nosso Brasil é muito rico em vários tipos de sementes e plantas. Era isso que eu tinha para falar.

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Com a palavra, o Sr. Hélio César Montes, Superintendente Regional da ELETRONORTE.

O SR. HÉLIO CÉSAR MONTES - Boa-tarde a todos.

Eu gostaria de cumprimentar o Deputado Sebastião Rezende pela iniciativa brilhante e, na sua pessoa, homenagear todos os membros da Mesa.

Gostaria também de devolver à Universidade, na pessoa do Professor Paulo, do Professor Evandro, os elogios feitos à ELETRONORTE. Realmente, uma parceria, um casamento que está dando certo. E só com muito amor e abnegação que o Projeto Guariba poderá ter sucesso. Realmente eu tenho acompanhado a Superintendência da ELETRONORTE que atua mais como apoio a esse projeto. O Vlamir está mais ligado diretamente, o Dr. Gustavo também. E nós, da Superintendência, damos o apoio logístico de veículo. E realmente eu tenho acompanhado a abnegação da Universidade e a luta da Universidade em tentar implantar um projeto dessa natureza.

A ELETRONORTE, como empresa pública, tem por obrigação apoiar iniciativas dessas naturezas. Uma empresa que se diz pública só faz sentido se embarcar em projetos dessa natureza que envolve o tripé: energia, meio ambiente e questão social.

A ELETRONORTE, além do Projeto Biodiesel, tem trabalhado também com a energia solar. Nós temos um convênio com o Ministério das Minas e Energia, o PRODEIN. Já instalamos em todo Estado de Mato Grosso cerca de 200 sistemas fotovoltaicos. Um programa que

tem um apelo social imenso, porque o objetivo dele é dotar pequenas comunidades isoladas, esquecidas pelo Poder público, de uma fonte. São cargas pequenas, mas que pelo menos se consiga iluminar uma sala e se consiga ligar uma televisão, para que essas pessoas possam ter acesso ao mundo, porque tem pessoas que vivem à margem do mundo. E eu tenho acompanhado - eu, particularmente, antes da Superintendência, fui Coordenador desse programa aqui em Mato Grosso - a emoção das pessoas quando você vai a mil quilômetros de Cuiabá, num local que você nem imagina que poderia ter gente morando, e você diz que vai montar ali uma bateria solar para iluminar, para colocar uma televisão, as pessoas de início não acreditam nisso. E eu acompanhei vários processos de energização, e é uma coisa emocionante quando você conecta o sistema e que a luz se faz, as pessoas chegam a chorar de emoção. Quer dizer: "Alguém lembrou que a gente existe!" Então, a ELETRONORTE tem essa vocação social, e ela pretende, como empresa pública, a maior empresa de energia da Amazônia Legal, sempre patrocinar ou co-patrocinar eventos dessa natureza.

Gostaria de fazer rapidamente uma reflexão sobre a energia como um todo, tendo como fundamento a questão do biodiesel. Hoje, no mundo, cerca de 80% da energia consumida - eu não estou falando em energia elétrica, mas da energia como um todo - ainda é de origem fóssil. O hemisfério norte basicamente é alimentado por energia do petróleo, gás nuclear, e é um combustível extremamente poluente. Até pegando carona no que o Professor Paulo Teixeira já disse, e o próprio Deputado, hoje nós temos duas questões com relação aos combustíveis fósseis. Primeiro, a carga de poluição está fazendo avançar o processo de aquecimento global. Segundo, a questão da escassez que se aproxima. Nós temos visto ao redor do mundo já guerras pelo petróleo. A própria guerra do Iraque deflagrada recentemente, embora o motivo oficial seja outro, nós sabemos que, de fundo, já é uma guerra por energia, uma guerra pelo petróleo. E a tendência é o esgotamento rápido das reservas naturais desses combustíveis fósseis. Então, não há outra saída para a humanidade, senão o combustível renovável.

A ELETRONORTE é uma empresa que trabalha, sempre trabalhou com estudo de cenários, ela procura projetar, agora mesmo temos uma equipe de Brasília fazendo uma série de entrevistas aqui em Mato Grosso, com autoridades, no sentido de fazer um estudo sobre energia em Mato Grosso e no Brasil até 2025. E uma empresa que trabalha com cenários, trabalha com visão de futuro, obrigatoriamente, tem que participar de iniciativas como essa, porque o combustível renovável é a saída, sem dúvida, para a humanidade.

Eu gostaria de fazer um aparte aqui, ampliar a questão da energia renovável, embora não seja o foco da questão, a vocação brasileira, é a vocação para energia renovável, reforçando o que o Professor Paulo disse. Nós temos na Amazônia Legal, ainda, cerca de cento e cinqüenta mil megawatts de energia hidroelétrica a serem aproveitadas.

Para os senhores terem uma idéia, nós temos a potencia instalada no Brasil menor do que cem mil megawatts hoje. Então, a energia hidráulica, a energia de fonte renovadas como biodiesel, solar, eólica, embora ainda não se prestem a atender bastante cargas, já devem entrar com força na matriz energética nacional.

Só com o caminhar da energia nós poderemos ir aumentando a participação dessas energias na matriz energética nacional. Então, o Brasil não pode seguir outro caminho, não pode cometer erros como tem cometido historicamente por questão da rodovia, da ferrovia, como o Professor Paulo disse, com opções erradas. A nossa saída é a energia renovável, água em abundância, terra em abundância, quedas em abundância, quedas d'água em abundância, então, há que se realmente adotar uma política para o futuro de uma matriz baseada na energia renovável. Eu acho que esse é o caminho da ELETRONORTE.

Nós estamos lá na ELETRONORTE à disposição para todos que quiserem discutir sobre esse assunto, para dar apoio, e a ELETRONORTE pretende estar presente em todas as iniciativas dessa natureza porque é a vocação da nossa empresa.

Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Nós passaremos agora a ouvir algumas pessoas da platéia que se inscreveram. Vamos ouvir o Sr. Ricardo Alberto.

O SR. RICARDO ALBERTO - Boa-tarde!

O meu nome é Ricardo e sou Engenheiro Agrônomo.

Cerca de dois anos eu trabalhei numa empresa de assistência técnica rural na cidade de Colniza. Nós fizemos a liberação de vários recursos do PRONAF, do primeiro crédito PRONAF-A, o Assentamento Escol Sul, o Colniza I e aos arredores de Colniza. Não sei se os senhores têm conhecimento, nos arredores de Colniza tem cerca de três mil parceleiros assentados. Esses parceleiros, hoje, eu estava ouvindo um senhor aqui, os problemas que a equipe está tendo, com problemas de malária, problema de demarcação, talvez este debate, este seminário seja importante nesse aspecto de informação. Essas três mil famílias, hoje, ao redor de Colniza, são assentadas pelo INCRA, já estão todas demarcadas e já estão aptas a receber o primeiro recurso PRONAF-A. Só para se ter idéia, agora, nos próximos sessenta dias, será liberado nos arredores de Colniza vinte dois milhões de reais de PRONAF-A. Desses vinte dois milhões de reais, quatro milhões as empresas que estão lá - eu estou até surpreso porque não vejo representante da EMPAER aqui, e estou representando indiretamente, não estou nem representando, porque trabalhei lá e hoje são duas empresas particulares - elas vão liberar agora, só elas, vinte dois milhões de reais de PRONAF-A. É um recurso altamente subsidiado onde o parceleiro pegará dezoito mil reais, tem dez anos de prazo para pagar, tem três anos de carência e tem um rebate de quarenta e cinco por cento. Então, na verdade, ele pega dezoito e paga nove, e tem dez anos de prazo para pagar.

A minha explanação é a seguinte. A empresa hoje, as empresas particulares, hoje, estão com problemas sérios lá, que elas não têm como tem o PRONAF hoje, é obrigatório aplicar cinco por cento desse recurso, que é cerca de mil reais, coletivamente. Elas não estão tendo opção de como aplicar esse recurso coletivo.

Então, vocês extrapolam isso hoje para mil e quinhentas famílias, que seria mil reais mais mil do crédito produtivo, dois mil reais por família, três milhões que é obrigatório pela Resolução nº 057, do SEDER, aplicar esses três milhões e não sabem como. Ventilou-se montar um laticínio, mas eu acho que é mais barato o queijo vir de Minas do que ele sair de Colniza e vir para Cuiabá.

Hoje, o parceleiro está com problema seriíssimo lá. Ele está partindo para o gado de corte. Agora, você imagina um parceleiro que tem cinqüenta hectares, cem hectares, partir para gado de corte. É complicado. Então, está totalmente contra o encaminhamento da agricultura familiar.

Essas duas empresas da qual vou falar, a RC, que é Consultoria que está liberando o PRONAF-A, e a COTREC, que é no Município de Cotriguaçu, ao lado de Colniza, no Município de Nova União, elas estão com dificuldades em aplicar esses três milhões de reais. Elas estão querendo plantar, por exemplo, mamona, e recursos daqui sessenta dias tem.

Eu acho que vocês não tocaram na parte que é de... Vocês não definiram ainda se vai ser planta industrial, se vai ser extrativista. Mas esses assentados estão com dificuldades de aplicar esses recursos porque uma parte compra em arame, que vai até três mil reais, a outra parte é gado, onde mais de setenta por cento está caindo para o gado de corte. Quer dizer, pessoas com

cinqüenta hectares comprarem gado branco é complicado. E, depois, eles plantam arroz, milho e não tem mais o que aplicar.

Então, está aí uma boa dica, uma boa sugestão, talvez vocês queiram aproveitar esses recursos. Ele não depende de aprovação, porque já está feita toda demarcação desses assentamentos. Não precisa demarcar, já está tudo demarcado; já está sendo liberada a carta de aptidão do INCRA; o SEDER está aprovando; recurso tem sobrando no Banco do Brasil para o PRONAF-A, porque parte dele é do FCO.

E acho que seria importante que vocês entrassem em contato com a RC Consultoria e com a COTREC para trocarem informações.

Eu fico um pouco surpreso com a ausência da EMPAER, que também é uma empresa que está lá, não está aqui participando, e alguém da Secretaria de Agricultura que seria interessante, também, dar esses números aí. Eu falo isso com conhecimento de causa, porque trabalhei dois anos lá, e até três meses atrás eu gerenciava essa empresa de assistência técnica lá em Colniza. Muito obrigado.

Outra pergunta que eu gostaria de fazer é a respeito do tamanho, a produtividade, a produção, qual é a planta, se já tem alguma coisa pesquisada, o tanto que vai produzir essa usina. Será que não é mais... No início, agora, não é importante, com esse tanto de dinheiro que tem em volta de Colniza, será que não é importante produzir lá, levar para Guariba, depois trazer um linhão do Guariba para Colniza, já que a energia de Colniza vem lá do Salto dos Dardanelos, de Aripuanã? Eu acho que não vai ser suficiente daqui alguns anos. Então, tem que estudar isso tudo aí. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - O Professor Evandro é quem vai responder ao Sr. Ricardo Alberto.

O SR. EVANDRO DALL'OGLIO - Eu fico extremamente contente de saber dessa sua colocação, de que existe PRONAF à disposição, dentro de 60 dias, na região.

O que eu quero colocar para você é que, certamente, nós entraremos em contato com a RC e com a COTREC porque é extremamente possível se estabelecer outras parcerias para produção de biodiesel na região de Colniza que não são excludentes com relação ao Projeto Biodiesel Guariba.

Novamente, eu quero aqui deixar claro que existem duas questões importantes a serem colocadas: primeira, é que o Projeto Biodiesel Guariba é um piloto para se estudar um modelo de gestão e uma nova tecnologia para a produção de biodiesel.

Agora, a produção em larga escala de biodiesel, nesse montante que você ta falando aí, três mil famílias, com uma área, se você falar de três hectares, você está em torno de nove mil hectares. Mas vamos pegar três hectares para cada família, para plantar uma oleaginosa específica. Vamos dar um exemplo. Pode ser mamona, embora eu acredite que na região, por uma questão estratégica, é melhor o amendoim cavalo, primeiro por ser uma espécie nativa e, segundo, porque produz uma alta quantidade de óleo.

É bastante atrativo negociar com essas famílias a implantação de uma unidade industrial de biodiesel para abastecer a região de Colniza. Agora, isso não inviabiliza a unidade produtiva de Guariba. E a questão do linhão de que se está falando é uma questão de futuro. Não se sabe quando isso vai estar implementado e a geração em Colniza continua sendo termoelétrica. Quer dizer, o consumo de diesel lá é muito grande. Uma unidade industrial dessas aqui pode viabilizar a substituição, se não total, próximo disso, de todo o diesel consumido em Colniza. Então, isso é uma fonte de geração de emprego e renda para a região de Colniza muito importante.

Certamente, essa viagem que nós vamos fazer na semana que vem a Guariba eu vou procurar esse pessoal e ver o que pode ser feito com relação a um projeto de biodiesel, utilizando esses recursos que você menciona que estão disponíveis.

Isso é verdade, não só para a região de Colniza, como para toda a região de Mato Grosso, não só uma questão específica para comunidade isolada é para se viabilizar assentamento mesmo.

Deputado Sebastião Rezende, quando nós iniciamos os contatos aqui que geraram esta audiência pública, era para tratar de uma escola agrícola abandonada em Rondonópolis que poderia ser viabilizada numa questão de produção localizada de biodiesel. Isso é uma verdade para todo Mato Grosso. Para se viabilizar uma série de assentamentos é importante o espírito de empreendedorismo existente em Mato Grosso.

Talvez nós sejamos, sim, grandes exportadores de biodiesel, haja vista o exemplo aqui do João Petrônio que você vê: há quatro anos estava investindo e investindo numa unidade produtiva industrial que não é pequena, não, para a produção de biodiesel e sem ter certeza e sem ter a luz que está tendo hoje, João. Nós vimos com isso que Mato Grosso tem essa opção.

Lá em Colniza, lá em Rondonópolis, em São José do Rio Claro, se eu fosse listar para você todas as possibilidades que foram discutidas no evento Biodiesel BR 2005, recentemente, realizado pela universidade, ficaria mais de duas horas discorrendo para você de possibilidades empresariais que existem, hoje, em estudo no Mato Grosso para produção de biodiesel. E certamente essa de Colniza, você pode ter certeza, quarta-feira que vem eu já estou lá conversando com esse pessoal para tentar implantar uma unidade produtiva lá. E lhe agradeço pela informação.

O SR. PAULO TEIXEIRA - Só complementando, parece que na sua fala, você perguntou da produção de Guariba.

A usina que está sendo montada lá produz, a princípio, dois mil litros por dia, podendo ser expandida, podendo ser dobrada esse produção, quando entrar em funcionamento o reator a microondas. Por enquanto no processo tradicional, vai produzir aí em torno de 100 litros por hora.

Nesse caso de Colniza, complementando aqui a fala do Evandro, você teria esse recurso que eles têm. Talvez lá pudesse colocar alguma coisa em torno de 30 mil litros por dia. Com esse recurso complementado, o BNDES tem uma linha de crédito bastante atrativa para implantação de usinas de biodiesel, e esses 3 milhões certamente já cobririam uma boa parte do investimento, se fosse fazer uma usina na faixa dos seus 30 mil litros. Qual é a vantagem? O custo de produção por litro cai, comparado com a de 2 mil litros por dia, quer dizer, quanto maior for a sua produção em massa, menor é o preço unitário.

O SR. EVANDRO LUIZ DALL'OGLIO - Exemplo, nesse sentido, que está sendo implementado agora na QUASAR. É uma cooperativa de Passo Fundo, que está agora em final de junho assinando, via PRONAF, esses 18 mil reais que você está falando por família. Eles fizeram uma cooperativa. Essa cooperativa captou os recursos individualmente por família e viabilizou uma unidade de 30 mil litros de produção de biodiesel. E já está sendo efetivado o contrato final com a empresa TECBIO. E isso vai se iniciar, agora, em julho, na produção de biodiesel de girassol e de soja em Passo Fundo. Então, é possível fazer com esse recurso do PRONAF... (ALGUÉM FALA DA PLATÉIA - INAUDÍVEL.)

O SR. EVANDRO LUIZ DALL'OGLIO - Mas aí tem a questão do BNDES que pode ser introduzida nessa malha orçamentária.

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Com a palavra, o Sr. Maurício Campos.

Vamos pedir às pessoas que participarem, que estiverem fazendo uso da palavra, o tempo máximo de três minutos.

O SR. MAURÍCIO CAMPOS - Boa-tarde a todos!

O meu nome é Maurício, represento aqui a Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte. Gostaria de, através do Deputado Sebastião Rezende, cumprimentar toda a Mesa.

Eu, na realidade, trago aqui uma preocupação, não é nem tanto uma pergunta, apesar dela caber. Nós estamos falando em biodiesel, estamos falando em inclusão social,e aí vem um questionamento, uma reflexão: Para que o biodiesel tenha sucesso nós dependemos de matéria-prima, e já foi dito isso, inclusive, em outros momentos, em outras situações. A matéria-prima, naturalmente, será fornecida pelos assentados, pelos pequenos agricultores ou por aqueles que quiserem e tiverem condições de fornecer. No Seminário sobre a BR 2005 foi comentado amplamente sobre essa situação no que diz respeito a todas as colocações possíveis e não possíveis, para que essa matéria-prima possa chegar desde a sua qualidade, da sua escolha, do seu produto e até mesmo para que as usinas possam estar fluindo naturalmente e possam não perder o sucesso.

Ora, a minha colocação, a minha reflexão é no seguinte sentido: Tudo acontece no município. Todos os fatores, ou seja, para o assentamento, para o agricultor familiar, e todas essas questões estão acontecendo nos municípios, e os municípios estão ficando alienados de todo esse processo, de toda essa questão que diz respeito à inclusão social. Fala-se de um lado em uma tecnologia de ponta, em um conhecimento e na detenção de toda uma ampla e vasta pesquisa que está sendo feita por Mato Grosso - e aqui os pesquisadores de Mato Grosso estão de parabéns por estarem despontando no cenário nacional com todos esses elementos. Mas, voltamos ao principal: o ser humano, a condição de base, a base do projeto. A base do projeto e o sucesso desse projeto só serão alcançados se a inclusão social for realmente bem implantada e bem determinada. Até onde essas questões estão sendo realmente vistas pelo Estado, já que o programa é federal e, por conseguinte, existe reflexo no Estado? Até onde o município vai estar participando desse processo, com apoio, orientação técnica e de recursos para que possa repassar ao agricultor. Ora, nós temos problema de muita ordem, temos problema de preço, temos problema de abastecimento dessas usinas e nós temos outros problemas, como foi apontado aqui pelo engenheiro Vlamir, lá em Colniza, assentamentos, doenças, problemas da questão de terras. Grande parte das terras ainda, em Mato Grosso, não tem titulação. Os agricultores não têm titulação, não podem recorrer a empréstimos bancários porque não são reconhecidos como tal.

Então, a questão é um pouco mais ampla. Aí eu chamo a atenção e trago aqui a reflexão, Deputado, para o que poderá ser feito nesse sentido a ponto de assegurar, primeiro, aos municípios, a garantia de que poderá levar a seus agricultores e aqui os seus assentados, toda condição para que possa aí, sim, viabilizar o projeto e o Programa Biodiesel, sem o que será muito difícil o sucesso disso aí.

Eu havia colocado essa postura na BR 2005, no seminário que a UFMT idealizou. É muito bonito o projeto, maravilhoso, não tenham dúvida. Do ponto de vista cientifico e tecnológico, ele é maravilhoso. Mas nós vamos cair na questão primária que é o ser humano e o processo base da produção: como levar, como assistir, o que o município vai receber, doenças? Nós não temos uma ELETRONORTE, os municípios não têm uma ELETRONORTE até assistindo totalmente, integralmente como consegue Colniza, com o Projeto Guariba muito bem colocado.

Aí fica essa minha pergunta, não uma pergunta, a minha colocação para reflexão. O que está sendo pensado neste momento? Qual será o papel real do município nessas questões para que ele possa fazer com que todo sucesso do biodiesel venha acontecer de fato? Eram essas as minhas colocações para reflexão. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SEBASTÃO REZENDE) - Com a palavra, o Sr. Abel Nascimento, que dispõe de três minutos.

O SR. ABEL NASCIMENTO - Boa-tarde a todos e a todas!

Eu sou Abel Nascimento, represento aqui a Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura de Cuiabá, onde atuo com o meio ambiente.

Quero parabenizar o Deputado Sebastião Rezende pela iniciativa; os heróis da resistência, os professores pesquisadores, heróis mesmo, porque para pesquisar em Mato Grosso, não só em Mato Grosso, no Brasil inteiro, temos problemas seriíssimos; a ELETRONORTE porque, realmente, tem avançado muito nos projetos em ser parceira e com certeza pode chegar lá porque está um passo a frente, senão, com certeza, dificilmente chegaríamos até lá.

Eu coloco a seguinte questão...

ECOMAT, parabéns pelo projeto!

E nós colocamos, com toda certeza, dois aspectos por que vale a pena esse projeto. Primeiro, a inclusão social, é necessária, é importante, e agora há pouco foi colocada. Segundo é a questão da redução dos impactos, minimização do impacto ambiental por questão do dióxido de carbono. Nós estamos com isso contribuindo sistematicamente para a questão da Convenção de Quioto, programa que o Brasil assinou há pouco tempo e que os Estados Unidos sequer tiveram a coragem de assinar e nós conseguimos fazer isso com tamanha biodiversidade e nos predispomos a assumir um papel que a grande potência não teve capacidade de fazer.

Eu conclamo que nesse projeto nós deveríamos ter a participação do Conselho Estadual do Meio Ambiente e deixo aqui também como sugestão, ou melhor, se é possível, a implantação desse projeto com sistemas agroflorestais. Como foi colocado há pouco, a questão das oleaginosas. Quais espécies que teremos? São nativas? Pode ser feita a partir de um projeto perene? Como pode ser trabalhado isso nos assentamentos? E tendo como base principal a educação ambiental? A educação é o básico teórico de mudança de comportamento e hábitos. Você pode, através da educação, transformar e mudar esses conceitos.

Nós temos a legislação ambiental bem forte no Estado de Mato Grosso. Nós estamos vendo aí uns desarranjos acontecendo nos últimos dias, imprensa nacional, internacional, colocando Mato Grosso no seio internacional como um Estado bem arador. É claro que existem muitas coisas que precisam ser refeitas e revistas também nessas questões. Eu coloco isso como um ponto a ser observado, onde o Conselho Estadual de Meio Ambiente, que é um Conselho tripartite, Governo, sociedade e empresários, deve sentar para discutir toda essa questão. São sugestões nossas que sejam colocados até porque é uma legislação pesada e precisa ser trabalhada, até a questão da mata de transição que até hoje não foi discutida ainda e que hoje Mato Grosso peca por não ter legislação. Talvez seja muita legislação. Em alguns aspectos ela tem algumas falhas que precisam ser revistas. É claro que a desculpa pelo Estado ter desmatamento e ter a degradação também não se coloca a penalização apenas estadual. Tem uma legislação farta que pode ser revista também. Esse é o meu posicionamento.

Quero parabenizar a Universidade, o Deputado Sebastião Rezende pela iniciativa e também a ELETRONORTE, a ECOMAT, pela iniciativa do trabalho.

Uma outra questão que eu coloco é o seguinte: esse projeto produz também resíduos que geram impacto negativo ao meio ambiente. Eu pergunto: há uma alternativa para se reduzir esses impactos, mitigar esses impactos ambientais resultantes desses rejeitos? (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Gostaria de passar bem rapidamente, no máximo três minutos, Evandro, só para você responder essa pergunta do Sr. Abel Nascimento sobre a possibilidade da redução desse impacto.

O SR. EVANDRO LUIZ DALL'OGLIO - É vou ser o mais rápido possível. A questão do rejeito certamente é crucial numa usina, porque se trata, no fundo, de uma indústria química, trata-se de fazer lagoas de decantação para tratar os resíduos produzidos, de forma a não ter impacto ambiental produzido por essa unidade. Isso vai ser implementado em Guariba. E os subprodutos que, na verdade, não são subprodutos, são co-produtos, é a torta da oleaginosa que pode ser utilizada para fazer ração ou adubo para voltar para terra. A glicerina é um problema, e a UFMT, novamente em parceria com a ELETRONORTE, sai na frente nessa questão, devido à grande produtividade que se terá do biodiesel daqui para frente, atendendo os 2% e os 5% que estão na lei, de se produzir produto que vai servir como aditivo para o próprio biodiesel ou para jogar na teia de produção do álcool etílico ou metanol.

Quer dizer, a idéia é realmente não ter impacto ambiental na produção do biodiesel. A questão do extrativismo, de educação ambiental, isso é um dos pilares do Projeto Biodiesel Guariba. Não temos o ciclo agrícola associado ao pequeno produtor, mas temos o estudo sendo realizado para ver a questão do extrativismo, no caso do babaçu e do próprio reaproveitamento de castanha que possa estar estragada e eventualmente possa ser jogada no ciclo do biodiesel.

A questão do Conselho Estadual do Meio Ambiente é fundamental a participação. Eu aqui quero colocar claro, para responder ao companheiro lá de Gaúcha do Norte: a sua preocupação é bastante prudente e válida. Nas ações que devem ser feitas, o município deve procurar dentro do Plano Diretor Municipal fazer a previsão das ações transversais ou ações integradas do Governo Federal para poder receber aportes financeiros dos diferentes Ministérios que venham a contribuir na execução de projetos de biodiesel. Por que eu falo isso? Porque nós não ficamos parados de agosto do ano passado para cá, quando chegamos em Guariba e nos deparamos com aquela situação.

Nós trabalhamos politicamente na articulação de descobrir, de fuçar em Brasília, e ver como que íamos tentar resolver o problema. Isso resultou numa reunião que nós teremos amanhã, que foi articulada pela Casa Civil da Presidência da República e pela ELETRONORTE, com uma série de ministérios para ver que tipo de ação integrada ou ação transversal pode ser realizado em Guariba, através da Prefeitura Municipal de Colniza, pelo Plano Diretor Municipal. Isso vai desencadear algumas reuniões que serão realizadas em Cuiabá com os atores locais, e aí temos Secretaria de Saúde, SEDER, INTERMAT, enfim, todos os órgãos envolvidos e, finalmente, ver o que se pode fazer em Guariba para resolver o problema das condições necessárias para implantação do Projeto, condições humanas. E isso deve ser replicado em todos os municípios. A saída é o município, a partir do Plano Diretor, estabelecer relações diretas com os ministérios.

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Gostaria aqui de agradecer a presença de todos vocês, agradecer a presença...

Antes de encerrar, vou passar a palavra a Drª Flávia, Secretária de Estado de Ciência e Tecnologia. É um prazer tê-la aqui e dar essa oportunidade para que a senhora possa fazer a parte final.

A SRª FLÁVIA NOGUEIRA - Rapidamente, desculpe-me até por quebrar um pouquinho o protocolo, mas é porque eu gostaria só de fazer um comentário com relação a três falas. A fala do Sr. Maurício Campos traz exatamente a pergunta que eu me faço e que fiz também na BR, no Encontro Biodiesel 2005.

A questão é: Esse Projeto Guariba é muito bom? É excelente. Eu acho que é um projeto piloto que certamente vai ter resultados, as externalidades já pareceram. Só o fato de nós termos, por exemplo, o envolvimento da Secretaria de Saúde com esse peso, com essa disposição,

isso já é uma externalidade positiva, e tantas outras externalidades virão, como o uso do PRONAF e tantas outras coisas.

A questão central é como transferir isso para o resto do nosso Estado, para os outros municípios. Isso não é simples. Essa resposta não existe porque, mais uma vez eu insisto, o investimento, ainda que menor, porque já vai ter um protocolo, já vai ter um conhecimento produzido, já vai ter um caminho descoberto, ainda que menor o investimento, ele continua sendo elevado. Nós vamos continuar tendo que fazer investimentos na ordem de dois milhões de reais, que são esses dois últimos, por exemplo, para comprar, não sei se os motores estacionários, fazer as linhas, enfim, isso custa dinheiro. Como fazer isso? Isso é um desafio estratégico para o Estado, e como desafio estratégico para o Estado, acho que o Governo do Estado tem que ajudar a encontrar esse caminho, mas não tem como assimilar de forma completa esse, vamos dizer assim, esse desafio, um desafio muito grande.

Então, essa pergunta que o senhor faz é a mesma que eu me faço. E, da mesma maneira, gostaria de dizer, na mesma linha, do esforço conjunto, queria fazer um comentário com relação à fala do Felipe, Diretor Químico da PETROBIO, no sentido de que nós temos organizações já acontecendo no interior do Estado, citou um exemplo interessante em Ipiranga do Norte, uma cooperativa disposta a investir nesse setor, eu acho que é isso mesmo que o Estado precisa, essa diversidade de possibilidades, esse envolvimento de todos e que a questão central é a legislação que falta por parte do Governo do Estado.

Eu só gostaria de deixar bastante clareada essa questão, infelizmente a nossa tributarista se ausentou da mesa, então me sinto na responsabilidade de fazer a defesa de porquê não temos uma legislação desse tipo, porque essa legislação não é do Estado.

Uma legislação para normatizar a comercialização do biodiesel não depende do Estado de Mato Grosso, não é a SEFAZ, Secretaria de Fazenda, que vai fazer essa legislação. Essa legislação é nacional, e por ser nacional ela envolve as Secretarias de Fazenda de todo o País que, num Conselho chamado CONFAZ, assessora o Ministério da Fazenda. E, se não houver acordo de todos os Estados, essa legislação não fica pronta. Se não houver acordo, vamos dizer assim, se todos não estiverem pensando da mesma forma, o Ministério da Fazenda não toma nenhuma posição e é esse caminho que está sendo trilhado.

Só para ilustrar, quero dizer que o Estado de Mato Grosso foi o único Estado, depois apoiado pelo Estado do Ceará, que se dispôs a fazer incentivos locais, regionais, estaduais. Só que não adianta esses dois Estados quererem fazer isso, se os outros não querem.

Então, é esse momento, Felipe, que eu gostaria que vocês nos ajudassem, inclusive, a divulgar por aí e a falar, porque nós precisamos reverter realmente esse quadro. Estamos considerando a possibilidade de diminuir esses 17%, não são 18%, de ICMS da compra do álcool, chamado álcool para outros fins, para que ele possa ser comprado como álcool para a produção de combustível e não pagar o ICMS. Isso é possível e já está sendo conversado entre a Secretaria de Infra-estrutura do Governo do Estado e a Secretaria de Fazenda, mas também depende de estudos tributários que têm que ter o seu andamento.

Finalmente, para encerrar, desculpem-me por estender um pouco na minha fala, mas acho interessante a fala do Abel que fala sobre a importância de se considerar isso também num projeto estratégico da questão ambiental do Estado.

Eu gostaria de dizer que isso também está sendo considerado, após esses infelizes acontecimentos que o Estado assistiu, nós formamos, sob a coordenação do Ministério Público Estadual, o Promotor Domingos Sávio está coordenando uma equipe com representações das nossas universidades e outras instituições, no sentido de promover um amplo debate sobre as políticas

ambientais para o nosso Estado e redirecionar as ações da futura Secretaria de Estado de Meio Ambiente que está sendo criada.

A questão do biodiesel, eu tenho defendido como pauta importante nessa ação estratégica, como uma das ações importantes que o Estado pode fazer, mostrando ao País que ele têm realmente preocupação com a questão do carbono e o biodiesel é um instrumento fantástico nesse sentido.

Então, eu só queria dar essa informação, para até tranqüilizar os mato-grossenses que estão realmente incomodados, com toda razão, com todas essas coisas que têm acontecido no nosso Estado, no nosso País. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - O Dr. Gustavo Reis Lobos de Vasconcelos também pediu a palavra.

O SR. GUSTAVO REIS LOBOS DE VASCONCELOS - Eu só queria dizer que realmente essas ações transversais existem uma dificuldade muito grande de implantação.

A verdade é que o Projeto Biodiesel Guariba faz parte do Programa Luz para Todos.

Nós temos uma meta aqui no Estado de Mato Grosso para o atendimento de 80 mil famílias até o ano de 2008. São famílias que não têm energia elétrica na área rural.

Nós temos consciência, também, de que se você chegar e ligar, colocar energia na casa de uma pessoa na área rural, ela não vai ter condições de pagar a energia elétrica; uma grande parte não tem condições de pagar pelo consumo diário dessa energia elétrica. Ela não tem condições de pagar.

Então não adianta colocar energia e ir embora, virar as costas, como os outros programas anteriores já fizeram e não deu certo.

Então, existe já dentro do Ministério uma equipe que está trabalhando só sobre esses assuntos transversais.

No Mato Grosso o coordenador dessa equipe está chegando agora neste final de semana, nós vamos fazer a inauguração de uma obra aqui em Santo Antônio de Leverger e, em seguida, ele vai para Guariba se reunir com toda a comunidade, junto com a prefeitura e junto com a equipe e nós vamos começar, então, as ações transversais no Município de Colniza, na Gleba Guariba, e vamos - a idéia é estender realmente para todos os locais, principalmente, que o Luz para Todos está fornecendo energia.

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Eu gostaria de agradecer a participação de todos vocês; agradecer aqui a ELETRONORTE, na pessoa do seu Superintendente Hélio César Montes; o Sr. Gustavo; o Sr. Ermando; o Sr. Vlamir; e também o Sr. Paulo Teixeira, Pró-Reitor de Pesquisa da UFMT. Agradecer os nossos amigos da PETROBIO, ECOMAT, bem como a presença da Srª Flávia Nogueira, Secretária de Estado de Ciências e Tecnologia. Também agradecer a presença do Sr. Luiz Fernando, que é Superintendente de Saúde Coletiva do Estado.

É importante a presença da Secretaria de Estado de Saúde nesse projeto, nesse programa, que tem acompanhado e tem dado toda a cobertura, especialmente do Projeto da Gleba Guariba, que, sem dúvida alguma, trará essa inclusão social que todos nós esperamos. É uma região, nesse caso específico da nossa discussão, muito carente. E que, nesse programa, vai propiciar aí condição de fazer com que aquelas famílias, que estavam praticamente sem opção, possam ter aí no biodiesel uma nova opção.

Essas duas mil, três mil famílias que poderão se utilizar o recurso do PRONAF e ali produzir oleoginosas, inclusive citada aqui pelo Evandro, no caso do amendoim, e aí fornecer essa matéria-prima para a produção do biodiesel. É uma nova alternativa. E eu tenho certeza de que

isso vai acontecer em muitas regiões, inclusive citando aqui o caso de São José do Povo. Nós temos seis assentamentos lá, inclusive, uma escola agrícola fechada. E pode ser uma nova opção desses pequenos produtores se unirem em cooperativas e aí terem a opção ali de instalar uma indústria do biodiesel e dá uma nova opção.

Agradecer aos representantes dos municípios aqui, Gaúcha do Norte, Cuiabá, Barra do Bugres, Guariba, aqui presente, o Município Colniza. Enfim, a todos os nossos amigos que entenderam o novo momento de estar discutindo esse Programa do Biodiesel. E quero dizer que a Assembléia Legislativa continua aberta a essa discussão - é um primeiro momento - e todos nós, imbuídos nesse propósito, nesse trabalho de fazer com que o Estado de Mato Grosso se enganche, todos nós, nesse projeto, que possamos trazer alternativas para esse momento difícil em que nós vivemos, que foi aqui citado, um momento difícil da agricultura, que pode ver no biodiesel uma alternativa. Nós vamos continuar discutindo esse projeto e vocês podem contar com todos os Srs. Deputados.

Eu quero, inclusive, justificar a ausência dos demais Deputados Estaduais que gostariam de estar aqui presente, mas hoje nós estamos discutindo também a Mensagem do Governo, que é o zoneamento socioeconômico-ambiental, que está sendo discutido. E todos os demais Deputados Estaduais foram convocados para essa discussão. Como autor do requerimento, eu estou aqui fazendo as vezes dos demais Deputados Estaduais, justificando, portanto, a ausência dos demais Deputados, dizendo que todos nós, a Assembléia Legislativa, realmente, está disposta a fazer seu trabalho para que esse projeto possa ser um sucesso no nosso Estado.

Convidamos a todos para que juntos possamos ouvir o Hino de Mato Grosso.

(NESTE MOMENTO, É EXECUTADO O HINO DE MATO GROSSO - PALMAS.)

O SR. PRESIDENTE (SEBASTIÃO REZENDE) - Eu gostaria de agradecer também à equipe da Assembléia Legislativa: o Cerimonial, nas pessoas das Srªs Mara, Carla e Nádia; a Taquigrafia, nas pessoas das Srªs Aedil, Cristina, Donata, Isabel, Regina, Rosa, Rosivânia e Tânia; o sonoplasta, Sr. Reinaldo; os seguranças; a imprensa; enfim, a todos que trabalharam para que fosse possível a realização desta audiência pública que tratou do biodiesel, projeto de inclusão social e proteção ambiental.

Convido a todos vocês para, amanhã, dia 24 de junho, sendo possível, estarem presentes no Município de Rondonópolis onde teremos uma outra audiência pública para tratar deste mesmo assunto. Muito obrigado.

Desta forma, declaro encerrada a presente Audiência Pública (PALMAS).

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
  - Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
  - Rosivânia Ribeiro de França;
  - Tânia Maria Pita Rocha;
  - Aedil Lima Gonçalves;
  - Cristina Maria Costa e Silva;
  - Donata Maria da Silva Moreira;
  - Isabel Luíza Lopes;
  - Regina Célia Garcia;
- Revisão:

- Laura Yumi Miyakawa;
- Nilzalina Couto Marques;
- Ila de Castilho Varjão.